

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “A SITUAÇÃO ATUAL DO BIOMA DO PAMPA E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.”

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, no Palácio do Ministério Público do Rio Grande do Sul, iniciou-se Audiência Pública sobre a situação atual do Bioma do Pampa e o papel do Ministério Público, sob a Coordenação do Conselheiro Jarbas Soares Júnior, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP. Presentes o próprio, além do Secretário Geral do Ministério Público, Dr. Alexandre Saltz, neste ato representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo de Lima Veiga; Procuradora de Justiça, Dra. Sílvia Cappelli, membro colaboradora do Grupo de Trabalho de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público; Superintendente do IBAMA, no Rio Grande do Sul, João Pessoa Moreira Júnior; Coordenadora do Centro de Apoio do Meio Ambiente do Espírito Santo, Dra. Isabela Cordeiro, Vice-Coordenadora da Comissão Permanente do Meio Ambiente do GNDH. Também prestigiam este evento, representando o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Dr. Marcelo De Nardi, Juiz Federal; representando o Tribunal de Contas do Estado, o Auditor Público Externo João Batista Soligo Soares; O Diretor da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Marco Aurélio Franceschi, neste ato representando a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento do Estado do Rio Grande do Sul. Senhores Procuradores e Promotores de Justiça, senhores Secretários Municipais do Meio Ambiente, senhores Analistas Ambientais, Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais, senhores representantes da FETAG, do Sistema FARSUL, do INCRA, da Força Sindical, das Universidades Federal do Rio Grande do Sul e Federal de Pelotas, da FEPAM. Iniciados os trabalhos, o Conselheiro Jarbas Soares Júnior agradeceu o apoio do Ministério Público do Rio Grande do Sul para realização da presente Audiência Pública e cumprimentou todos os presentes, passando, em seguida, a explicar o papel institucional do CNMP e a relevância daquele evento. Após, apresentou as ordens de apresentação das autoridades e entidades presentes, destacando que toda a audiência estava sendo gravada para adoção das providências cabíveis. O Doutor Alexandre Saltz (Secretário-Geral do Ministério Público – RS), saudou alguns dos participantes e demais integrantes da mesa, passando a apontar alguns dos problemas sofridos pelo Bioma dos Pampas, como de antropização, dos avanços das monoculturas, das ocupações desordenadas e, fundamentalmente, da falta de um zoneamento ecológico e econômico, finalmente desejando que todos fossem bem-vindos que houvesse um bom dia de trabalho. Após, a Dra. Sílvia Cappelli (Procuradora da Justiça do Rio Grande do Sul – Integrante do Grupo de Trabalho de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural do Conselho Nacional do Ministério Público), registrou o orgulho de ser membro do Ministério Público e agradeceu o Conselheiro Jarbas Soares pelo convite para integrar a Comissão de Defesa de Direitos Fundamentais, enaltecendo ainda seus esforços em prol da reestruturação do Ministério Público Brasileiro. Destacou também a importância da presente Audiência Pública, tendo expectativa que o diálogo entre a Sociedade Civil Organizada, o setor produtivo privado e os órgãos de gestão ambiental possa fazer com que a preservação e a conservação do Bioma Pampa sejam cada vez mais efetivas. O Conselheiro Jarbas Soares passou então a palavra para a Dra. Isabela Cordeiro (Vice-Presidente da Comissão Permanente do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo e Patrimônio Cultural – COPEMA - Conselho Nacional de Procuradores Gerais), logo após elogiar seu papel frente ao órgão, na criação de espaço de diálogo entre estruturas independentes e autônomas do Ministério Público Brasileiro. A Dra. Isabela, por sua vez, agradeceu a participação da Comissão Permanente de



Meio Ambiente nessa Audiência Pública, na pessoa do Conselheiro Jarbas Soares, e enfatizou a Participação Social como instrumento fundamental para a consecução da Constituição Federal, bem como se manifestou na ideia de que o Projeto político constitucional se concretize na medida e na evolução em que seja fomentada a capacidade de diálogo e chegada às construções não pessoais, mas que sejam Projetos Políticos construídos democraticamente. Após, o Sr. João Pessoa Moreira Júnior (Superintendente do IBAMA – RS) também agradeceu ao convite, lembrando que o Bioma Pampa sempre foi esquecido em termos de prioridade em comparação com os demais Biomas Brasileiros, e que a presente audiência poderia ofertar oportunidade para mudança desse quadro. O Bioma dos Pampas seria o segundo mais degradado no país, apenas perdendo para a Mata Atlântica, primeiramente por conta da Silvicultura e também por conta da monocultura da soja, e que o IBAMA não teria perspectiva de obstar o progresso ou o desenvolvimento da região, mas antes de garantir a sua sustentabilidade. Em seguida, o Sr. Paulo Brack (Professor do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Coordenador-Geral do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais – InGá), agradeceu ao convite do Ministério Público, passando a pontuar que o Bioma dos Pampas, embora bastante importante, esteja perdendo a cada ano uma cobertura bastante significativa, convertida em atividades agrícolas e outros tipos de atividade, em decorrência até mesmo da própria iniciativa governamental, através de financiamentos de bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que financia empresas para plantios de árvores em gigantescas áreas, com recursos públicos, do Fundo de Garantia do Trabalhador, para a expansão de grandes monoculturas que se contradizem aos elementos mais básicos da natureza, que é a própria diversidade, trazendo assim um comprometimento desses processos ecológicos. Citou também o acompanhamento da lista da flora ameaçada do Estado. Em sequência destacou a questão das espécies ameaçadas, sinalizando preocupação com o fato de que 60% das hidrelétricas, em 2012, estavam sendo construídas em áreas prioritárias e 70% delas estavam planejadas para construção em áreas prioritárias, sendo que $\frac{1}{4}$ das hidrelétricas em áreas de extrema importância, ou seja, denotando que as políticas públicas não se conversam. Há no Brasil mal aproveitamento de energia solar, tendo em vista que, em outros países, como a Alemanha, onde a incidência do sol é menos do que 40% que tem no Brasil, e ainda assim já tem quase duas vezes a produção de energia gerada em Itaipu, por conta da mentalidade simplista de que no Brasil investe-se no que é mais barato, ocasionando perda de espécies e de ecossistemas, não só para a geração atual como a geração futura. Reiterando o já exposto, lembrou que o Bioma dos Pampas é o segundo mais degradado do país, e talvez o Bioma menos conservado em termos de unidade de conservação, exemplificando que as unidades de conservação de proteção integral não chegam a 1%. Seria importante ainda investir em recursos de forma alternativa para que as atividades econômicas contemplem a vocação do Bioma que é a pecuária, não havendo lógica em vários bancos investirem na expansão da fronteira da pastagem, da fronteira agrícola, com necessidade de que o Ministério Público entrem em contato com os Bancos e demais órgãos financiadores para que isso não aconteça. Logo após trouxe a necessidade de haver mais diagnósticos atualizados do estado de conservação do Bioma, já que em comparação com a Amazônia, por exemplo, havia grande déficit ao levar-se em conta que neste último, a cada ano, sai uma pesquisa sobre sua condição a partir de diferentes órgãos ambientais, havendo defasagem de informação no Bioma dos Pampas, com dados que foram publicados em 2010, baseados em dados de 2008. Apresentou alerta que a lista das espécies ameaçadas esteja apenas aumentando, ao passo que as políticas públicas não aparecem, quer sejam de estudos em relação do estado de conservação das espécies, quer sejam da implementação de programas de conservação. Após, pontuou a necessidade de ser vedada a implantação de monoculturas, porque o custo ambiental e econômico seria elevadíssimo. Narrou que houve, há cerca de cinco ou seis anos atrás, a liberação de licenças prévias sem estudo de impacto ambiental para duas barragens, com uma série de irregularidades, tendo inclusive a Polícia Federal prendido pessoas, empresas, políticos em relação a essas questões. Há problemas no avanço não apenas da soja, mas também da



silvicultura, que está trazendo problemas ao Estado. No caso, o eucalipto, por exemplo, há liberação de substâncias alelopáticas, que vão trazer inibição do crescimento de várias plantas, além do sombreamento de espécies. Demonstrou expectativa de que o Ministério Público acompanhe as grandes iniciativas com relação ao turismo rural e ao turismo ecológico em áreas do Pampa que poderiam ser mais desenvolvidas, com manutenção do programa independente da mudança de governo. Haveria problemática relacionada ao não aproveitamento das riquezas do próprio Bioma, gerando o problema de que se o Brasil quiser adquirir algumas sementes originária dos Pampas, por exemplo, teria que comprá-la no Chile ou nos Estados Unidos, por não haver produção de sementes de plantas ornamentais nativas no país, em claro sinal de problema da biopirataria. Seria importante ainda a questão do cadastro ambiental rural, devendo ser implementada pelo Estado. Seria por fim importante que os governos definam alguns elementos importantes, como o planejamento dos locais dos Parque Eólicos para áreas não prioritárias com vista à conservação da biodiversidade, que não afetem rotas migratórias, que não afetem áreas de alta fragilidade, em termos de biodiversidade. Apontou também a mineração como questão relevante. Logo em seguida o Conselheiro Jarbas Soares agradeceu ao professor Paulo Brack, dando sequência com a fala do sr. João Pessoa Moreira Júnior (Superintendente do IBAMA – RS), que parabenizou o palestrante anterior, bem como destacou a necessidade do IBAMA, por meio de decisão do Ministério do Meio Ambiente, atualizar os dados de acompanhamento dos Biomas. Frisou que o IBAMA tem envidado esforços para coibir a utilização abusiva de agrotóxicos, em iniciativa conjunta com o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado. Sinalizou que seria importantíssimo que o Bioma Pampa tenha unidades de conservação para que possa refletir a riqueza da biodiversidade. Após, a sra. Elidiane Lopes da Silvia (Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBio), iniciou sua fala parabenizando o Ministério Público pelo evento e, principalmente, pela abertura em dar uma cara nova ao Ministério Público. Demonstrou então o papel do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que seria de trabalhar com unidades de conservação federais, principalmente, com a gestão dessas unidades de conservação federais, e com a conservação de espécies ameaçadas. Em instante posterior diferenciou a unidade de conservação de proteção integral das áreas de Reserva Legal, sendo que as últimas funcionam como se fossem unidades de conservação de uso sustentável, tendo que ser entendidas dessa forma, onde seria permitido o uso sustentável de parte da biodiversidade, dos recursos naturais e da biodiversidade presente nessas áreas, sendo vedada a perda da biodiversidade por conversão da área. Quanto ao cercamento em APA, ele seria indesejável porque restringe o acesso da mastofauna de médio porte e o acesso de emas às áreas cercadas, altera a composição florística das áreas campestres e representa um custo alto para os proprietários, com impacto ambiental indireto, haja vista necessitar de queima de combustíveis no transporte de mourões e arames, de extração de madeira para a produção de mourões e de extração de minérios e gasto de energia em siderurgia para fabricar os arames. Considerou também a necessidade de um novo mapeamento nas áreas do Biomas, tendo em vista que, de 2009 para cá, ocorreram novas ondas de expansão da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, com destaque para a expansão da soja, as quais certamente provocaram a perda de parte dos fragmentos que foram mapeados. Quanto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Pampa, haveria ausência de cadastro por parte da maior parte dos produtores do Rio Grande do Sul. Outra questão apontada é que a simples adesão e preenchimento do Cadastro Ambiental Rural das propriedades existentes não seria uma garantia de redução na conversão de fragmentos de remanescentes de campo nativo, inclusive constatando-se na Amazônia o avanço do desmatamento e a perda de biodiversidade por conversão de áreas em propriedades que já estão cadastradas no CAR. Nessa perspectiva poder-se-ia haver a regulamentação do uso civil de VANT's, que são os veículos aéreos não tripulados e representam instrumentos relativamente simples e baratos para o uso do monitoramento continuado dos fragmentos de remanescentes de campo nativo. Então sinalizou a necessidade do fomento de parcerias, principalmente para a cobertura de todas as fiscalizações necessárias, tendo o Estado que



investir mais em alocação de profissionais nas unidades de conservação. Passou então a explicitar alguns questionamentos relevantes acerca do Bioma Pampa, como a situação atual do plano de manejo de cada uma dessas unidades de conservação; que mecanismos para garantir a produção de atributos biológicos e paisagísticos do Pampa estão previstos nesses planos de manejo; qual é a efetividade atual da unidade de conservação na proteção da biodiversidade do Pampa e sua forma de mensuração e monitoramento; que efetividade atual de cada unidade de conservação presente no Pampa pode ser melhorada; quais espécies ameaçadas de extinção ocorrem no território de cada uma das unidades de conservação do Pampa; qual é a situação de conservação atual dos ambientes dentro dessas UC's; qual efetividade atual dos métodos de controle que estão sendo para o controle de javalis, seus híbridos e porcos asselvajados, em cada unidade de conservação presente no Pampa, e se pode ser melhorado; Haveria problema pelo fato de atualmente não haver um marco regulatório que proteja, efetivamente, os remanescentes de campo nativo no Bioma Pampa. A ausência de obrigatoriedade para o licenciamento ambiental também seria danoso ao controle ambiental, pois impediria um controle sobre a ampliação das áreas de lavoura e de pastagem cultivada, dificultando, aos órgãos ambientais, monitorar e impedir o avanço e a instalação dessas culturas sobre os fragmentos remanescentes de campo nativo. Haveria grave problema acerca da aplicação de venenos agrícolas, sendo provável que muitos fragmentos de remanescentes de campo nativo estejam sendo, constante e anualmente, bombardeados, não intencionalmente, por venenos agrícolas, chegando-se à conclusão e sugestão de que o Conselho Nacional do Ministério Público busque associação à Sociedade Brasileira de Ecotoxicologia para verificação desse quadro. Logo após, informou sobre a limitação do ICMBio na emissão de autorização para instalação de Parques implantados de energia eólica, já que muitos dos projetos de empreendimentos eólicos são remetidos de forma incompleta, já que, para a obtenção da licença prévia, os empreendedores apresentam apenas a posição dos aerogeradores, reduzindo a análise sobre o impacto de todas as atividades que compõem um complexo de geração de energia eólica, que são as jazidas minerais, linhas de transmissão, subestação, estradas, instalação de apoio administrativa e aerogeradores. Outro problema seria a operação de mineração de jazidas de balastro, uma das atividades que tem sido mais impactante sobre a unidade de conservação, pois apresenta um impacto negativo muito grande no hábito de captar as suas rupícolas, que são as associadas aos afloramentos rochosos, ocasionando risco de espécies endêmica serem extintas com o simples licenciamento de jazidas minerais dentro da unidade. Em seguida o sr. Lajos Sebescen apresentou-se como estrangeiro que reside no país há 22 anos, e passou a fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento não sustentável atual, lembrando que a destruição atual da natureza é a maior na história da humanidade, acarretando a poluição e destruição do planeta por parte do homem. Com fala posterior, o sr. Alexandre Batista Scheffer (Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG), iniciou seu discurso saudando a todos e apresentando sua instituição e sua respectiva atuação. Passou a narrar então que o Estado até conta com uma série de regras no ordenamento jurídico para proteção do meio ambiente, no entanto o que falta muitas vezes é justamente o êxito na aplicação dessas regras, principalmente por parte dos técnicos operadores do meio ambiente, havendo certos municípios que chegam a perder a noção de quais são os seus limites de autonomia na aplicação, por exemplo, de licenciamentos ambientais, questão inclusive na qual incidiria um forte retrocesso nos últimos anos, tendo alguns municípios chegado a abandoná-lo por falta de técnicos. Outra questão seria a burocracia envolvida no processo de licenciamento, que por sua vez geraria o afastamento da legalidade. Quanto à reciclagem, seria imprescindível a realocação de resíduos sólidos, tendo em vista a iminente carência de espaço próprio para depositá-lo. Seria necessário também um maior apoio ao pequeno produtor rural tendo em vista a pressão econômica, investindo-se em assistência técnica para que os nossos agricultores se sintam amparados a continuar produzindo ou começar a produzir de forma orgânica, por exemplo. Por fim, destacou que seria fundamental priorizar o produtor rural como forma de evitar a eventual utilização de transgenia para atender uma crescente demanda. Após intervalo e com retomada dos trabalhos



no turno da tarde, o sr. Valério de Patta Pillar (Docente e Pesquisador do Departamento de Ecologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul) passou a se apresentar ao público e dar destaque para um processo que vem acontecendo, há cerca de quatro décadas, de perda de áreas de vegetação nativa desses campos. Informou que seria um processo que, em alguns momentos, tem se acelerado e, em outros, é um pouco mais lento, tendo já havido inclusive, em algumas regiões do Sul do Brasil, perda completa dos campos, como no caso do Paraná, por exemplo, e em locais onde é abrigada altíssima biodiversidade. Continuou sua fala e frisou que, em consonância com o tema de discussão do edital, a silvicultura realmente configurar-se-ia como um grande problema, esperando que o Ministério Público possa, de alguma maneira, fazer com que a Lei seja cumprida, principalmente no tocante da fiscalização desses limites. Logo após, a sra. Kátia Vasconcellos Monteiro (Instituto Augusto Carneiro) iniciou sua fala com grande preocupação com o avanço da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul a partir do avanço da agricultura prevista no plano Decenal, que estabelecia incremento a extensão da fronteira agrícola para várias cadeias produtivas, como o milho, soja, arroz, trigo, com números assustadores para a preservação do meio ambiente, configurando-se inclusive a silvicultura como o maior problema para o Bioma Pampa, atualmente. O grande avanço da soja no Estado tem sido contraditório com o Código Florestal recém-aprovado, sendo imprescindível o cadastramento no CAR, como possibilidade de ter até 40% a 50% de cada propriedade como área de preservação, seja reserva legal, seja APP. Seria danoso o fato de não haver regulamentação específica para o Bioma do Pampa. Mediante dúvidas acerca área de cobertura do Biomas, pensaria ser interessante que o Ministério Público acompanhe e até faça a mediação de debates sobre o mapeamento ideal do Pampas, visando a harmonização com o mapa da Mata Atlântica. Após, o sr. sr. Carlos Nabinger (Docente da Faculdade de Agronomia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul) apresentou a formação como professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Agronomia, e passou a fazer reflexão sobre o papel do meio ambiente, em especial do Bioma dos Pampas, considerando que seria essencial que houvesse uma conscientização sobre o papel daquele, e da busca da razão de conservá-lo. Não sendo assim, enquanto a sociedade não estiver plenamente conscientizada do real valor desse ecossistema, iria apenas continuar a discussão sem avançar. Seu primeiro pedido ao Ministério Público então seria fazer cumprir a legislação Federal no que diz respeito a promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, promovendo assim a conscientização pública. Em seguida, a sra. Luiza Chomenko (Fundação Zoobotânica – Alianza del Pastizal) passou a saudar a iniciativa de audiência pública e fazer sua apresentação, prosseguindo na informação de que, por ter feito parte de uma equipe de estudo para a projeção de desenvolvimento do Brasil em três décadas, pesquisou que o Bioma Pampa era um dos ambientes que estava sujeito a maior alteração e a maior ameaça de todos os Biomas brasileiros, de forma inequívoca. Após problematizou a presença de alguns empecilhos legais para a utilização da biodiversidade do Bioma, inclusive coibindo a intervenção junto a natureza para fins legítimos, como de preservação de espécies de animais. Prosseguiu na sugestão de aumento do controle das ações de governo que estimulam o não incentivo financeiro para fins de conservação do campo nativo, além de integrar ações com vistas a inserção de elementos da biodiversidade em processo de desenvolvimento, cobrando maior agilidade na formulação de bases legais e políticas públicas que permitam estes usos. Seria também importante uma maior integração do conhecimento na concessão das licenças ambientais, tendo em vista que a concessão de licença pode deixar de contemplar aspectos importantes de determinada área, como o controle de fatores externos, como no caso do *capim annoni*. Deveria haver ainda cautela na construção de parques eólicos, principalmente em áreas próximas a lavouras de arroz, havendo incompatibilidade entre ambas. Ao fim solicitou ainda o pedido de zoneamento para algumas lavouras, como no caso da soja, primeiramente, bem como no caso da cana de açúcar. O sr. Dennis Patrocínio (Projeto RS Biodiversidade – Secretaria Estadual do Meio Ambiente) então, após sua auto-apresentação, focou na apresentação do projeto que participa, citando algumas das ações prioritárias, como a temática de espécies exóticas invasoras, o zoneamento ecológico e econômico, o uso sustentável dos

Butiás, o manejo de campo nativo em propriedades rurais, finalmente enaltecendo um dos principais resultados do projeto, que seria tanto o enriquecimento do campo quanto o retorno econômico. Após, citou o Sistema de Monitoramento da Biodiversidade, cujo objetivo principal seria a ação de avaliar, continuamente, o estado de conservação do Bioma Pampa, composto por 44 indicadores. Após o término de sua fala, o Conselheiro Jarbas Soares agradeceu ao palestrante e ressaltou que o Ministério Público é um Órgão que consegue colocar vários atores da sociedade civil à mesa, inclusive de vários partidos, tornando a discussão suprapartidária, institucional, democrática, cidadã e republicana. Em seguida o sr. Fábio Avancini Rodrigues (Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL) parabenizou a iniciativa das Audiências Públicas, e logo fez a reflexão de que o Bioma Pampa seria responsável por 80% do arroz produzido no país, reconhecendo ainda a entrada da soja neste Bioma tipicamente pecuário. Nessa perspectiva, deveria ser compreendida a necessidade do Estado ter um uso mais regrado, mais restritivo, enfim, mais coordenado deste Bioma. Citou a necessidade de serem pensadas ainda alternativas sustentáveis de geração de energia, como a solar. Em fala posterior, o sr. Jan Karel Felix Mahler Junior (Biólogo – Doutor em Ecologia – Instituto CURICACA) iniciou sua apresentação profissional e logo citou sua preocupação com o avanço do cultivo da soja e da percepção de que as áreas consolidadas, previstas no Código Florestal, aplicar-se-iam com mais clarezas em Biomas de matas distintas do Pampas. O próximo palestrante foi o sr. Eduardo Vélez Martin (Biólogo – Pesquisador), que após apresentar-se passou a destacar a dificuldade da conservação do Bioma Pampa em comparação com o Bioma Amazônia, pois naquele há predominância de árvores majestosas que dão impressão de mais valor em relação aos campos e vegetação rasteira dos Pampas, citando inclusive a espécies animais exclusivas desse Biomas, que ocorriam somente nesse ecossistema campestre. Ressaltou então que deveria haver cautela com os 35% de remanescentes de vegetação nativa do Bioma, ainda não convertidos para outras atividades, sob o risco de perder toda a biodiversidade. Prosseguiu no raciocínio de que haveria, no seu entendimento, duas iniciativas urgentes que devem ser implementadas: a primeira delas seria a criação de unidades de conservação, instrumento efetivo de conservação da biodiversidade no mundo inteiro, principalmente no Bioma dos Pampas, que conta atualmente com apenas 3,2% do seu território em unidade de conservação, sendo que, desse montante, 0,6% são de áreas públicas. A outra iniciativa seria a coibição de solicitações de supressão de vegetação nativa, na maioria dos casos para vegetação campestre. Por fim, seria prioritário a definição de critérios para que essas autorizações possam ser concedidas. O próximo a se pronunciar foi o sr. Althen Teixeira Filho (Docente – Instituto de Biologia – Universidade Federal de Pelotas), que pontuou o livro de sua autoria, onde realizou algumas análises de financiamento de campanha e constatou que, do Consórcio Construtor de Belo Monte, por exemplo, das 10 empresas, 8 doaram R\$ 340 milhões de reais para os Políticos, no processo eleitoral de 2010. Levando-se em conta assim o processo eleitoral de 2010, esses R\$ 340 milhões só não contemplaram da totalidade quatro Políticos. Se juntar as empresas construtoras, agrobusiness, mineradoras, chega a R\$ 600 milhões o financiamento. Ademais, citou o risco da contaminação de algumas áreas, chegando a haver proximidades de lavouras onde já poder-se-ia constatar pessoas com urina com quantidade anormais de substâncias, como no caso do fentograma, em sinal claro de intoxicação de pessoas. Antes de passar a palavra a novo palestrante, o Conselheiro Jarbas Soares destacou que o referido tema certamente despertaria a atenção do Ministério Público, primeiramente a partir da possibilidade da proposta de criação de uma Promotoria específica para o Bioma do Pampa. Além, citou a criação, ainda quando Coordenador de Meio Ambiente do Ministério Público, de 2000 a 2004, de um Projeto considerado ousadíssimo à época: a primeira Promotoria Bacia Hidrográfica no mundo. Após, o próximo palestrante e membro do Ministério Público iniciou sua fala citando a dificuldade no início do trabalho da área ambiental na instituição a que pertence, ao lembrar que no início de sua carreira havia bastante inacessibilidade à informação, de forma que algumas vezes chegava a saber de determinado fato de sua competência profissional apenas pelos jornais. Além, havia grande obstáculo quanto à questão

organizacional, com a transmissão adequada da informação. Após, ressaltou a importância da especificidade na formação e atual profissional dos Promotores de Justiça, bem como dos órgãos do judiciário, havendo inclusive em São Paulo a constituição de uma Câmara com competência ambiental. Em seguida o sr. Alexandre Saltz (Secretário-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul), iniciou sua fala citando a organização inicial do Ministério Público, há mais de uma década, na área ambiente, destacando que a configuração inicial mais adequada era a de fomento a redes de apoio, distintamente ao formato de promotoria de justiça. Embora a ideia das redes tenha funcionado muito bem, por conta de uma mudança administrativa no Ministério Público, a ideia não avançou, tentando-se então criar-se Promotorias Regionais, com dois projetos em andamento: um na Bacia do Rio do Sinos e um na Bacia do Rio Gravataí, porque ambas são as bacias que mais, comumente, apresentam problemas, ou por excesso ou por falta de água; e porque, concentram 1/3 da população do Estado do Rio grande do Sul. Após, citou o sofrimento em visualizar em algumas áreas do Estado, como em Uruguaiana, o incremento de soja e eucalipto em áreas antes sequer existentes, que alterariam não apenas a visão cênica, mas também a biodiversidade daquela região. Para melhor posicionamento do Ministério Público, consideraria fundamental a efetivação de Promotoria Especializada do Meio Ambiente, sendo também relevantes engajamento e mobilização popular de várias instituições para se manifestarem como representantes desse anseio, que por sua vez representaria desdobramento do proposto em audiência. Por fim, sinalizou também a necessidade de apoio de diversos Órgãos Públicos, das Instituições, das Universidades, principalmente porque o Ministério Público não tem condições de, sozinho, acompanhar todos os problemas apresentados nesse evento. Por último, o Conselheiro Jarbas Soares frisou a falta de apoio institucional na área ambiental há anos atrás, demonstrando contentamento com o reconhecimento social do Ministério Público que, em recente pesquisa do Conselho Nacional do Ministério Público, apareceu como terceira Instituição mais reconhecida pela sociedade, ficando atrás só da Igreja Católica, em primeiro lugar, e do Exército. Ao sair da audiência, seria importantíssimo que o Ministério Público do Rio Grande do Sul percebesse a relevância da aprovação de proposta de criação das Promotorias Especializadas, finalizando com o agradecimento aos demais participantes, dentre eles o Paulo Brack, ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, pelo acolhimento e suporte na realização dessa Audiência Pública, ao colega Alexandre Saltz, ao Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, à Dra. Sílvia Cappelli, à Estael e à Andrea David, que trabalha como colaboradora do Conselho Nacional do Ministério Público. Além, ressaltou a importância do intercâmbio entre o Conselho Nacional do Ministério Público e os movimentos sociais, tendo relatado haver uma participação muito efetiva destes últimos, dentro do possível e da realidade do Conselho com a sociedade, promovendo uma segurança de que o Conselho se fortaleça mediante atuação de outros Poderes, porque, na hora que precisar, os movimentos sociais vão defender o CNMP, o direito das investigações do papel do Ministério Público. Por fim declarou encerrada a Audiência Pública.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PRESIDENTE DO CNMP**